

EDITORIAL

Nesta 98ª Edição da Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, o tema escolhido foi os **desafios da institucionalidade da cultura** para pensarmos o futuro das políticas públicas de cultura no Brasil. A Cultura possui um papel central na retomada e consolidação da democracia no país, questão urgente nos tempos atuais. As experiências e os aprendizados nas últimas duas décadas revelaram, contudo, que os marcos legais criados contribuíram e muito para o avanço das políticas culturais no Brasil, mas não foram suficientes para evitar o desmonte empreendido a partir de 2016, impedindo que avanços mais duradouros se efetivassem. A incompletude do arcabouço institucional e de seu processo de implementação evidenciou como a participação social, a mobilização política, a formação cidadã e o desenvolvimento cultural se configuram como aspectos chaves e tão importantes quanto o sistema normativo e institucional, para que a liberdade de expressão, a diversidade cultural, os direitos culturais e o pleno exercício da cidadania cultural se efetivem para toda a sociedade.

O contexto de graves ataques a artistas, gestores e agentes culturais e o criminoso desmonte de instituições e políticas culturais operado a partir de 2016 com o processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e aprofundado a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro, produziu radicais retrocessos à gestão pública da cultura. Mas, por outro lado, tal contexto, somado aos efeitos da Pandemia da COVID-19, fez emergir na sociedade uma movimentação política importante, na qual grupos representativos da diversidade cultural brasileira assumiram novos protagonismos, construindo redes de apoio, de reflexões e inovando em termos de atitudes que não só reivindicam políticas e direitos culturais, como constroem novas perspectivas para uma mudança da realidade atual.

A construção da Lei Aldir Blanc – LAB1 e 2, Lei Paulo Gustavo e do marco regulatório para o financiamento à cultura, entre outros acontecimentos, comprovam a importância da participação da sociedade civil e do poder legislativo no processo de resistência política e construção de alternativas.

Esta edição da Revista Boletim reuniu pesquisadores, gestores e agentes culturais, além de integrantes de conselhos de políticas culturais, para uma reflexão acerca da institucionalidade da cultura e dos desafios para o futuro da gestão e das políticas públicas de cultura no Brasil. É importante frisar que os artigos que integram esta publicação foram elaborados entre os meses de setembro e novembro de 2022, de modo que há textos redigidos ainda em meio à disputa eleitoral e outros posteriores ao resultado do pleito e da vitória do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além de abordagens críticas, alguns artigos buscaram pensar o futuro a partir da reconstrução do Ministério da Cultura e da centralidade da cultura no processo de retomada da democracia no país.

Foi reunido um conjunto de textos que contextualizam e historicizam a temática. Sophia Cardoso realiza uma aproximação introdutória acerca do debate da institucionalidade da cultura no Brasil e sua relação com a democracia. Tony Gigliotti Bezerra apresenta um balanço histórico dos dez anos do Sistema Nacional de Cultura, seus atores, alcances e desafios. Em seguida, Alysso Andrade de Oliveira descreve o desmonte recente de políticas e instituições públicas da cultura e o retrocesso institucional da cultura no Brasil no âmbito federal, contemplando seu impacto nos estados e municípios.

Inti Anny Queiroz foca nas tarefas urgentes e necessárias para que o setor cultural saia da asfixia imposta nos últimos anos. Além da reconstrução do Ministério da Cultura e do cumprimento das leis de emergência para a cultura, a autora destaca a necessidade de articular a gestão desses mecanismos com o SNC e a urgência na atualização de seus instrumentos, de modo a garantir um novo modelo descentralizado de distribuição de recursos e de efetivação de políticas para a cultura. Especificamente sobre a LAB, Ernani Coelho Neto, Elizabeth Ponte, Daniele Canedo e Carlos Paiva apresentam e comentam os resultados preliminares da Pesquisa Panorama Nacional da LAB, realizada pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), com especial ênfase no processo decisório das equipes gestoras nos estados e municípios.

O trabalho apresentado por Lízea Magnavita Maia centra sua reflexão naquele que considera ser o maior desafio da institucionalidade da cultura: a discussão sobre a sua própria legitimidade. Para tanto, a autora argumenta sobre a necessidade de se conferir maior transparência e simplificação aos

mecanismos das políticas culturais em todas as suas etapas e processos, do planejamento à prestação de contas e comprovação de resultados.

Os últimos dois textos abordam a centralidade da participação social na gestão pública da cultura. Victor De Wolf Rodrigues Martins volta sua análise à gestão pública municipal de cultura e reflete sobre a possibilidade de construção do conceito de participação popular a partir da experiência da Secretaria Municipal de Cultura de Niterói-RJ, na qual a formação cidadã se revelou um aspecto chave.

Por fim, a entrevista com Fabiano Piúba nos oferece inspirações para o trabalho de retomada e refundação do Ministério da Cultura, destacando a relevância do papel do SNC, da sociedade civil e de instâncias de articulação como o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. A partir de experiências exitosas no Ceará, Piúba destaca passos fundamentais para o fortalecimento da democracia a partir da cultura, de modo a barrar o avanço do autoritarismo e do conservadorismo.

Acreditamos que este conjunto de textos oferece um panorama expressivo, embora não exaustivo, de ações e medidas necessárias para a reconstrução das políticas públicas de cultura e para o fortalecimento das responsabilidades compartilhadas na reorganização do campo da cultura, de maneira a garantir a diversidade, a pluralidade e a visão crítica.

Boa leitura!